



NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº 001/2026

Chamamento Público nº 01/2026, Gestão da UPA 24h Conselheiro Paulino

Processo Administrativo nº 08153/2026

Referência: Pedido de Esclarecimento formulado pelo INSTITUTO VIDA E SAÚDE, INVISA, com fundamento no item 3.4 do Edital de Chamamento Público nº 01/2026.

A presente Nota de Esclarecimento integra o instrumento convocatório para todos os fins, nos termos do item 3.4 do Edital, e é vinculante para esta Comissão e para todos os interessados no Chamamento Público nº 01/2026, dispensando retificação ou republicação do instrumento convocatório, por constituir interpretação e integração autêntica de suas cláusulas, sem alteração de elementos essenciais que demandariam novo prazo.

BLOCO I, LIMITE DE 70% DAS DESPESAS COM PESSOAL

Questões 1 e 2, Abrangência do limite de 70% sobre despesas de pessoal

O limite máximo de 70% das despesas com pessoal aplica-se à totalidade das despesas de pessoal do Bloco A vinculadas à execução do contrato de gestão, sem distinção por categoria, função ou natureza do vínculo, abrangendo todos os profissionais contratados pela Organização Social, assistenciais, de apoio, administrativos e terceirizados, para a gestão da UPA 24h Conselheiro Paulino.

Fundamento legal: Cláusula 7ª, item VII, do TAC nº 016/2018; art. 7º, inciso VI, da Lei Municipal nº 4.669/2019; Acórdão TCE-RJ nº 0640/2023-Plenário.

Questão 3, Caráter referencial ou obrigatório dos salários indicados no Edital

Os valores salariais constantes do Anexo X, Equipe Mínima para Dimensionamento de Recursos Humanos, têm caráter referencial. Foram estabelecidos com base nas Leis Complementares Municipais nº 152/2022 e nº 1.721/2025, em atendimento à exigência de aproximação de vencimentos em consonância com os praticados pelo Poder Executivo, prevista no art. 7º, inciso VI, da Lei Municipal nº 4.669/2019.



A Organização Social proponente poderá apresentar proposta com valores salariais diferenciados, para mais ou para menos em relação aos referenciais indicados, desde que: (i) os salários propostos observem os pisos estabelecidos por leis federais e estaduais vigentes e por convenções coletivas de trabalho aplicáveis às categorias; (ii) os valores sejam compatíveis com o mercado regional para serviços de urgência e emergência; e (iii) a proposta global respeite os limites orçamentários mínimo e máximo estabelecidos no Edital.

Questões 4, 5 e 7, Prevalência: limite de 70% versus pisos salariais legais e convencionais

Ambas as obrigações são cogentes e devem ser cumpridas simultaneamente pela Organização Social contratada: a observância dos pisos salariais legais e convencionais e o respeito ao limite de 70% das despesas com pessoal vinculadas à execução do contrato de gestão.

A Administração esclarece que a compatibilidade entre as duas exigências é plenamente factível e foi previamente aferida no dimensionamento técnico-financeiro deste Chamamento Público, mediante a conjugação dos seguintes elementos estruturantes da modelagem editalícia:

(i) Estrutura de encargos patronais sob o regime do CEBAS: As Organizações Sociais detentoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, CEBAS na área de saúde, nos termos da Lei Federal nº 12.101/2009 e da Lei Complementar nº 187/2021, são isentas da contribuição patronal ao INSS (alíquota de 20%), da contribuição ao RAT/SAT, das contribuições ao Sistema S, INCRA e Salário-Educação, bem como da contribuição ao PIS sobre a folha, esta última conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 432 de Repercussão Geral. Disso resulta carga de encargos patronais da ordem de 34% sobre a folha, em contraste com o fator aproximado de 62% incidente sobre entidades não detentoras do certificado.

(ii) Faculdade de execução indireta das atividades-meio: O presente Edital faculta à Organização Social proponente, no exercício de sua autonomia gerencial e financeira,



a execução mediante contratos de prestação de serviços técnicos especializados das atividades de manutenção predial, manutenção de equipamentos e instalações, engenharia clínica, tecnologia da informação, segurança do trabalho e demais serviços correlatos, não integrantes do Bloco A definido neste Edital.

A conjugação desses dois fatores, vale dizer, a estrutura tributária diferenciada decorrente do CEBAS e a faculdade de execução indireta das atividades-meio acima elencadas, representa, para o dimensionamento de pessoal previsto neste Edital, uma economia mensal estimada superior a R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) na estrutura de despesas com pessoal, montante suficiente para o cumprimento simultâneo dos pisos salariais legais e convencionais aplicáveis às categorias profissionais envolvidas e do limite de 70% das despesas com pessoal estabelecido nos termos da Cláusula 7ª, item VII, do TAC nº 016/2018 e do Acórdão TCE-RJ nº 0640/2023-Plenário.

Permanecem hígidas, em qualquer hipótese, a integralidade das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais da Organização Social contratada, perante seu corpo funcional próprio e perante seus contratados, bem como a obrigação de comprovação periódica da exequibilidade financeira do contrato de gestão durante toda a sua vigência.

Questão 6, Piso Nacional da Enfermagem e complementação financeira municipal

A Administração Municipal confirma que, no Contrato de Gestão nº 162/2019, em execução, adota mecanismo de complementação financeira específica para assegurar o pagamento integral do Piso Nacional da Enfermagem aos profissionais de enfermagem vinculados ao contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 14.434/2022.

A mesma prática será expressamente prevista no novo Contrato de Gestão decorrente deste Chamamento Público. A minuta contratual a ser firmada com a Organização Social selecionada contemplará cláusula específica estabelecendo o repasse de complementação financeira destinada a cobrir a diferença entre os valores salariais



referenciais constantes do Anexo X e o piso legal da enfermagem vigente, para as categorias de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem.

Propostas que observem integralmente o Piso Nacional da Enfermagem não serão desclassificadas nem consideradas inexequíveis exclusivamente em razão do impacto dessa obrigação legal sobre o percentual de despesas com pessoal.

BLOCO II, CERTIDÃO NEGATIVA DE ILÍCITOS TRABALHISTAS

Questões relativas ao item 5.1.1, alínea 'd', Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas que Infringem a Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente

A Comissão de Contratação reconhece a procedência do questionamento formulado. A exigência constante do item 5.1.1, alínea 'd', do Edital não conta com canal oficial de emissão identificável no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. A norma que previa certidão com essa denominação, a Instrução Normativa SIT nº 27/2002, foi revogada pela Portaria nº 76/2004, e a Portaria MTP nº 671/2021, que atualmente regula as certidões trabalhistas, não contempla essa denominação específica, não havendo, portanto, meio oficial pelo qual as entidades interessadas possam obtê-la.

Em atenção aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e isonomia, e com fundamento no poder vinculante das respostas a pedidos de esclarecimento reconhecido pela jurisprudência do TCE-RJ e do TCU, a Comissão de Contratação determina:

A exigência constante do item 5.1.1, alínea 'd', do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 será considerada cumprida mediante a apresentação, no Envelope 1, de Declaração firmada pelo representante legal da entidade, com firma reconhecida ou autenticada por servidor da Comissão na sessão pública, atestando que a organização não possui condenação transitada em julgado por prática de ilícitos trabalhistas que infrinjam a legislação de proteção à criança e ao adolescente.

O modelo sugerido para a declaração é o seguinte:



[Em papel timbrado da entidade]

DECLARAÇÃO

[Entidade], inscrita no CNPJ sob o nº [____], por seu representante legal infra-assinado, declara, para os fins do item 5.1.1, alínea 'd', do Edital de Chamamento Público nº 01/2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo/RJ, sob as penas da lei, que não possui condenação transitada em julgado por prática de ilícitos trabalhistas que infrinjam a legislação de proteção à criança e ao adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente).

[Local], [data].

[Nome do Representante Legal], [Cargo], [CPF]

Nova Friburgo/RJ, 18 de maio de 2026

GABRIEL COSTA
WENDERROSCHY
Y:12960995716

Assinado digitalmente por GABRIEL COSTA
WENDERROSCHY:12960995716
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=20202238000107, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ARTREND, OU=RFB
e-CPF A3, CN=GABRIEL COSTA
WENDERROSCHY:12960995716
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

Gabriel Costa Wenderroschy

Secretário Municipal de Saúde

Matrícula: 063.454